



TERMO DE REFERÊNCIA SMPRED Nº 04/2023

AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO

1. OBJETO

- 1.1 Aquisição de material para equipamentos de refrigeração para as câmaras frigoríficas do restaurante do bloco A, conforme especificado na Tabela 1.

Tabela 1:

Item	Especificação	Unidade de fornecimento	Quantidade
	GRUPO 01 – ITENS 01 A 09		
01	TUBO DE COBRE, RETO, TÊMPERA DURA, ESPESSURA 1/32 POL, DIÂMETRO NOMINAL 1/2”, APLICAÇÃO EM CONDICIONADORES DE AR Marca de Referência: Eluma ou equivalente Código CATMAT: 422677	metro	60
02	TUBO DE COBRE, RETO, TÊMPERA DURA, ESPESSURA 1/32 POL, DIÂMETRO NOMINAL 3/4”, APLICAÇÃO EM CONDICIONADORES DE AR Marca de Referência: Eluma ou equivalente Código CATMAT: 387676	metro	30
03	TUBO DE COBRE, RETO, TÊMPERA DURA, ESPESSURA 1/32 POL, DIÂMETRO NOMINAL 3/8”, APLICAÇÃO EM CONDICIONADORES DE AR Marca de Referência: Eluma ou equivalente Código CATMAT: 387677	metro	30
04	CURVA COBRE 90°, PARA TUBO DE COBRE RÍGIDO, DIÂMETRO NOMINAL 3/8”, APLICAÇÃO EM CONDICIONADORES DE AR Marca de Referência: DFM ou equivalente Código CATMAT: 252237	peça	20
05	CURVA COBRE 90°, PARA TUBO DE COBRE RÍGIDO, DIÂMETRO NOMINAL 3/4”, APLICAÇÃO EM CONDICIONADORES DE AR	peça	20



	Marca de Referência: DFM ou equivalente Código CATMAT: 447046		
06	CURVA COBRE 90°, PARA TUBO DE COBRE RÍGIDO, DIÂMETRO NOMINAL 1/2'', APLICAÇÃO EM CONDICIONADORES DE AR Marca de Referência: DFM ou equivalente Código CATMAT: 422673	peça	40
07	TUBO ESPONJOSO, APLICAÇÃO NO ISOLAMENTO TÉRMICO PARA INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, 1/2'' Marca de Referência: Armaflex ou equivalente Código CATMAT: 399908	metro	60
08	TUBO ESPONJOSO, APLICAÇÃO NO ISOLAMENTO TÉRMICO PARA INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, 3/4'' Marca de Referência: Armaflex ou equivalente Código CATMAT: 399911	metro	30
09	TUBO ESPONJOSO, APLICAÇÃO NO ISOLAMENTO TÉRMICO PARA INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, 3/8'' Marca de Referência: Armaflex ou equivalente Código CATMAT: 428159	metro	30
	Código PLACON: 15101.2023.257000 Código do SIGEO: 15101.2023.000254		

- 1.2 Os materiais deverão ser acondicionados em suas embalagens originais, invioladas e apropriadas para transporte e armazenamento, preferencialmente utilizando materiais recicláveis, sendo necessário que conste a especificação e incluindo, quando cabíveis: marca, fabricante, garantia e outras especificações, de acordo com suas características;
- 1.3 A proposta deverá especificar, quando cabíveis: marca, modelo, garantia, fabricante, custos unitários e totais e, se possível, outras referências que bem identifiquem o produto cotado;
- 1.4 O preço final deverá incluir todas as despesas referentes aos tributos, frete e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais.

2 JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO

2.1 Justificativa da aquisição:

2.1.1. Conforme medições feitas in loco e conforme memorando GDGSET/CAAD nº 008, os equipamentos de refrigeração das câmaras frigoríficas do restaurante do bloco A não estão



atingindo a temperatura ideal de operação e não estão atendendo a resolução RDC 216 da ANVISA.

2.1.2. A operação em temperaturas inadequadas reduz a vida útil dos alimentos e podem ocasionar risco à saúde do público consumidor.

2.1.3. Assim, solicita-se a aquisição do material listado na tabela 01 para realizarmos a substituição dos equipamentos existentes, que já perderam eficiência, por outros novos para atingirmos as temperaturas ideais de operação e garantir o correto armazenamento dos alimentos.

2.2 Justificativa da área técnica para agrupamento de itens:

2.2.1. Os itens foram agrupados a partir da similaridade e natureza dos produtos a serem adquiridos.

2.2.2. O agrupamento permite maior controle da Administração e racionaliza os procedimentos inerentes à execução contratual, além de garantir a disponibilidade de produtos de mesma natureza que serão aplicados em conjunto na atividade de manutenção corretiva do sistema de refrigeração.

3 PRAZO

3.1 O prazo para entrega dos materiais será de, no máximo, 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho pela Contratada.

3.2 Havendo pedido de prorrogação do prazo de entrega, este somente será concedido nos casos previstos no art. 57, §1º, da Lei nº 8.666/1993, em caráter excepcional, sem efeito suspensivo, e deverá ser encaminhado por escrito, com antecedência mínima de um dia do seu vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada.

3.2.1 Eventual pedido de prorrogação deverá ser encaminhado para o seguinte endereço: Seção de Gestão de Contratos, Tribunal Superior do Trabalho, Setor de Administração Federal Sul (SAFS), Quadra 8, Conjunto A, Bloco A, Térreo, Sala T-18, Brasília-DF, CEP 70070-943, telefone (61) 3043-4096, e-mail sgcon@tst.jus.br;

3.2.2 Em casos excepcionais, autorizados pelo Contratante, o documento comprobatório do alegado poderá acompanhar a entrega do material.

3.3 O prazo de garantia dos produtos serão os ofertados pelos fabricantes, sendo de, no mínimo, 12 (doze) meses contados do recebimento definitivo do objeto.

4 PROSPECTOS

4.1 Poderá ser solicitado às proponentes melhores classificadas a apresentação de fôlderes, prospectos, catálogos ilustrativos originais dos fabricantes dos produtos cotados, os quais deverão estar em língua portuguesa e conter especificações claras e detalhadas dos materiais em aquisição, a fim de verificar se eles atendem às especificações solicitadas neste Termo de Referência.



- 4.1.1 Quando solicitada, a proponente que não apresentar documentos relacionados no item anterior, apresentar fora do prazo estabelecido ou apresentá-los em desacordo com as especificações terá a proposta desclassificada e o subsequente convocado;
- 4.1.2 A aceitação da proposta fica condicionada à aprovação das especificações contidas nos documentos solicitados;
- 4.1.3 Poderá ser dispensada da apresentação dos documentos previstos no item 4.1. a proponente que ofertar produto da marca explicitamente indicada como referência na tabela do objeto deste Termo de Referência;
- 4.1.4 Não estando na exceção descrita no item anterior, o proponente que não apresentar amostra, apresentar fora do prazo estabelecido ou apresentá-la em desacordo com as especificações será desclassificado e o subsequente convocado.

5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 5.1 A qualificação técnica será comprovada mediante apresentação de, pelo menos, um atestado de capacidade técnica compatível com o objeto desta licitação, ou seja, que comprove o fornecimento de material para sistema de ar condicionado, climatização, refrigeração e/ou ventilação.
 - 5.1.1 A empresa cujos dados cadastrais no SICAF incluam o fornecimento de bens compatível com o objeto licitado terá sua capacidade técnica presumida e ficará, a critério do pregoeiro, dispensada da apresentação do atestado de capacidade técnica;

6 FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 6.1 O Contratante designará servidor ou comissão de servidores para fiscalizar a execução do contrato oriundo deste Termo de Referência;
- 6.2 São atribuições da Fiscalização, entre outras:
 - 6.2.1 Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem assim indicar as ocorrências verificadas;
 - 6.2.2 Solicitar à Contratada e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;
 - 6.2.3 Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
 - 6.2.4 Propor a aplicação de penalidades à Contratada e encaminhar à Coordenadoria de Material e Logística (CMLOG) os documentos necessários à instrução de procedimentos para possível aplicação de sanções administrativas.
 - 6.2.5 Acompanhar a apresentação dos documentos fiscais, bem como efetuar o recebimento da fatura e o registro do atesto no Portal do SIGEO – JT para fins de liquidação e pagamento.
- 6.3 A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.



7 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 7.1 Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/1993, o objeto deste contrato será recebido das seguintes formas:
- 7.1.1 Provisoriamente, mediante o registro de recebimento no Portal do SIGEO - JT, após o recebimento da nota fiscal pela Fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade;
- 7.1.2 Definitivamente, mediante recibo, em até cinco dias úteis após o recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal.
- 7.2 Os materiais entregues em desacordo com o especificado neste Termo de Referência ou no Instrumento Convocatório, ou com defeito, serão rejeitados, parcial ou totalmente, conforme o caso, e a Contratada será obrigada a substituí-los dentro do prazo de entrega estabelecido, sob pena de incorrer atraso quanto ao prazo de execução.
- 7.3 Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade de cada unidade do material fornecido, pelo prazo estabelecido na respectiva garantia do fabricante, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Contratante.

8 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 8.1 O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, em até dez dias úteis após o recebimento definitivo do objeto, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Fiscalização, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação aplicável.
- 8.1.1 As notas fiscais deverão acompanhar o objeto a ser entregue na Seção de Controle de Material do TST, situada no SAFS, quadra 8, conjunto A, bloco A, subsolo, sala 240, CEP 70070-943, Brasília-DF, (61) 3043-4057.
- 8.1.2 A Nota Fiscal deverá corresponder ao objeto recebido e respectivos valores consignados na nota de empenho, e a Fiscalização, no caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, deverá notificar a Contratada a substituí-la em até três dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.
- 8.1.3 Os demais documentos exigidos no edital para fins de liquidação e pagamento das despesas, como relatórios, certidões e/ou declarações, deverão ser entregues na Coordenadoria de Material e Logística do TST, situada no SAFS, quadra 8, conjunto A, bloco A, térreo, sala AT.152, CEP 70070-943, Brasília-DF, (61) 3043-4095, ou encaminhados ao e-mail sgcon@tst.jus.br.
- 8.1.4 As faturas serão entregues exclusivamente à Fiscalização do Contrato e deverão estar acompanhadas da documentação exigida neste Termo de Referência, por meio de endereço eletrônico, para fins de liquidação e pagamento das despesas.
- 8.1.5 O documento fiscal deverá ser obrigatoriamente registrado no Portal do SIGEO - JT para efeito de recebimento provisório, atesto, liquidação e pagamento.
- 8.2 A Contratada deverá entregar todo o material solicitado por meio da nota de empenho, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento da obrigação.



9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1 Entregar os produtos no prazo determinado, nas quantidades solicitadas e das marcas cotadas, por sua exclusiva conta e responsabilidade, em perfeitas condições, no local indicado pelo Contratante.
- 9.1.1 Os materiais deverão ser entregues, às expensas do fornecedor, na Seção de Controle de Material do Tribunal Superior do Trabalho, localizada no Setor de Administração Federal Sul (SAFS), Quadra 8, Conjunto A, Bloco A, subsolo, Brasília-DF, CEP 70070-943, telefones (61) 3043-4068 e 3043-3133 e e-mail scmat@tst.jus.br.
- 9.1.2 Os materiais deverão ser entregues de segunda a sexta-feira, entre 8 e 18 horas, exceto:
- 9.1.2.1 Nos meses de janeiro e julho, quando deverão ser entregues entre 14 e 18 horas;
- 9.1.2.2 No período de 20 de dezembro a 6 de janeiro do ano subsequente (recesso do judiciário), quando deverão ser entregues entre 14 e 18 horas;
- 9.1.2.3 Quarta-feira de cinzas, quando deverão ser entregues entre 14 e 18 horas.
- 9.1.3 Não haverá expediente no Tribunal Superior do Trabalho nos dias considerados feriados da Justiça Federal, conforme art. 62 da Lei nº 5.010/66, alterada pela Lei nº 6.741/79, além dos fixados em lei:
- 9.1.3.1 Segunda-feira e terça-feira de carnaval;
- 9.1.3.2 Quarta-feira, quinta-feira e sexta-feira da Semana Santa;
- 9.1.3.3 11 de agosto;
- 9.1.3.4 1º e 2 de novembro;
- 9.1.3.5 8 de dezembro.
- Também não haverá expediente no Tribunal Superior do Trabalho no dia 28 de outubro, Dia do Servidor Público, conforme art. 236 da Lei nº 8.112/90.
- 9.2 Substituir, a suas expensas, os materiais que estiverem em desacordo com as especificações deste Termo de Referência ou aqueles que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.
- 9.2.1 A Contratada deverá retirar o material recusado no momento da entrega do material correto;
- 9.2.2 O Contratante não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo que venha a ocorrer após esse prazo, podendo dar a destinação que julgar conveniente ao material abandonado em suas dependências.
- 9.3 Comunicar ao Contratante, por escrito, qualquer anormalidade referente ao fornecimento dos materiais, bem como atender prontamente as suas observações e exigências e prestar os esclarecimentos solicitados.
- 9.4 Efetuar o cadastro no Portal do SIGEO - JT para apresentação dos Documentos Fiscais (Notas Fiscais) com vistas à liquidação e pagamento das faturas.
- 8.4.1. Por meio do link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>, a contratada terá acesso ao link do SIGEO – JT e a um guia detalhado das funcionalidades do sistema.
- 9.5 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de dez dias úteis, eventuais mudanças de endereço, telefone e e-mail, juntando a documentação necessária a sua comprovação.



- 9.6 Manter, durante todo o período de execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 9.7 Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, os quais não têm nenhum vínculo empregatício com o TST.
- 9.8 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente ao TST ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 9.9 A Contratada não será responsável:
 - 9.9.1 Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;
 - 9.9.2 Por quaisquer obrigações, responsabilidades, trabalhos ou serviços não previstos neste edital.
- 9.10 O TST não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 10.1 O TST, após a retirada da nota de empenho, compromete-se a:
 - 10.1.1 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso dos funcionários da Contratada às dependências do TST relacionadas à execução do objeto deste Termo de Referência;
 - 10.1.2 Promover os pagamentos nas condições e dentro do prazo estipulado; e
 - 10.1.3 Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitados por requerimento protocolizado na Coordenadoria de Cadastramento Processual (CCP), localizada no térreo do bloco A do edifício sede do TST, desde que atendidas às obrigações contratuais.

11 SANÇÕES

- 11.1 Fundamentado no artigo 49 do Decreto n.º 10.024/2019, ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito à ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais, aquele que:
 - 11.1.1 Não retirar a nota de empenho;
 - 11.1.2 Não entregar documentação exigida neste TR;
 - 11.1.3 Apresentar documentação falsa;
 - 11.1.4 Causar o atraso na execução do objeto;
 - 11.1.5 Não manter a proposta;
 - 11.1.6 Falhar ou fraudar na execução contratual;
 - 11.1.7 Comportar-se de modo inidôneo;
 - 11.1.8 Declarar informações falsas;
 - 11.1.9 Cometer fraude fiscal.



- 11.2 O atraso injustificado na execução contratual implicará multa correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do objeto em atraso, até o limite de 15% (quinze por cento) do respectivo valor total.
- 11.2.1 Nesta hipótese, o atraso injustificado por período superior a 30 trinta dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com a sanção prevista no item 11.1 deste Termo de Referência, assim como a inexecução total do contrato.
- 11.3 Poderão ser aplicadas subsidiariamente as sanções de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93.
- 11.4 Sanções pecuniárias aplicáveis à Contratada poderão ser substituídas pela penalidade de advertência, tendo em vista as circunstâncias da execução contratual, garantida a prévia defesa, na forma da lei.

12 DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 12.1 As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei 13.709, de 14/8/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa-fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente contrato.
- 12.2 O Tribunal Superior do Trabalho figura na qualidade de Controlador dos dados quando fornecidos à Contratada para tratamento, sendo esta enquadrada como Operador dos dados. A Contratada será Controlador dos dados com relação a seus próprios dados e suas atividades de tratamento.
- 12.3 A Contratada está obrigada a guardar o mais completo sigilo por si, por seus empregados ou prepostos, nos termos da Lei Complementar no 105, de 10 de janeiro de 2001 e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), cujos teores declaram ser de seu inteiro conhecimento, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso, em razão deste contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada ou de sua incorreta utilização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos da lei.
- 12.4 Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação do TST, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins.
- 12.4.1 Eventualmente, as partes podem ajustar que o TST será responsável por obter o consentimento dos titulares, observadas as demais condicionantes do item 13.4
- 12.5 A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula contratual, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TST, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.
- 12.6 Os dados pessoais tratados e operados serão eliminados após o término do contrato objeto deste Termo de Referência, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades:



- 12.6.1 Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
 - 12.6.2 Estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
 - 12.6.3 Uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados;
- 12.7 O Encarregado indicado pela Contratada manterá contato formal com o Encarregado pelo contrato indicado pelo TST, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
- 12.8 Os casos omissos em relação ao tratamento dos dados pessoais que forem confiados à Contratada, e não puderem ser resolvidos com amparo na LGPD, deverão ser submetidos à Fiscalização para que decida previamente sobre a questão.

13 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1 É de responsabilidade da proponente o conhecimento das características dos materiais objeto deste Termo de Referência para os quais venha a apresentar proposta.

Brasília, 03 de agosto de 2023.

Cesar Mazza

Assinado de forma digital por
Cesar Mazza
Dados: 2023.08.03 09:46:40
-03'00'

CÉSAR MAZZA DE CASTRO FILHO
Responsável Técnico

Nos termos do art. 26 do Ato nº 390/TST.GP, de 16 de outubro de 2020, ratifico o presente Termo de Referência:

**Carlos Ivan
P Paredes Jr**

Assinado de forma digital por
Carlos Ivan P Paredes Jr
DN: cn=Carlos Ivan P Paredes Jr,
o=TST, ou=CMAP,
email=cmap@tst.jus.br, c=<n
Dados: 2023.08.03 10:37:33 -03'00'

CARLOS IVAN PETERSEN PAREDES JUNIOR
Coordenador de Manutenção e Projetos